



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

3º QUADRIMESTRE DE 2020

Janeiro a dezembro

Em cumprimento à Lei Federal 141/12, § 5º Artigo 36 e atendendo Resolução CNS 459, de 10/10/2012.

Em atendimento aos Incisos I, II e III do Art. 36 da LC 141/2012:

- Inciso I - montante e fonte dos recursos aplicados no período:
páginas 11 a 26 deste Relatório;

- Inciso II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações:
páginas 30 a 43 deste Relatório;

- Inciso III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação:
páginas 27 a 29 deste Relatório, contendo relação dos prestadores de serviços e respectivos recursos financeiros.

Demonstrativos de Receitas e Despesas alterados para 2020, conforme MDF 10ª edição,
PORTARIA STN Nº 286, DE 7 DE MAIO DE 2019, sites:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/930823/MDF+10+%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+-+Vers%C3%A3o+3+-+26.02.2020/16e2c4db-b3b0-4c85-a9ea-ca864f411b84>

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/777476/Portaria+STN+n%C2%BA%20286%2C%20de+07+de+maio+d+e+2019/c666e4db-f66b-459f-81f2-183042dbe13a>



Edson Aparecido dos Santos

Secretário Municipal de Saúde

Edjane Maria Torreão Brito

Secretária-adjunta

Armando Luis Palmieri

Chefe de Gabinete

Assessoria Parlamentar e Institucional

Ivan Cáceres

Equipe Técnica

Edson Moral Adelantado

Fábio Henrique Salles

Miriam Carvalho de Moraes Lavado

Rosemeire Saraiva de Alencar

Coordenadoria de Finanças e Orçamento – CFO

Cindy de Farias Lacerda Ribeiro

Equipe Técnica

Ariovaldo Scola

Gilberto de Brito Ferreira

José Claudio Domingos

Renato Félix de Oliveira

Sandra Francisca da Silva



Sumário	Página
APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	04
Introdução	05
Estrutura do Sistema de Saúde	06-10
RECEITAS, DESPESAS E ANÁLISE – LEI COMPLEMENTAR 141/12	11
Receita – LC 141/2012	12
Despesa – LC 141/2012	13
Análise da Aplicação	14
Cálculo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	15
DESPESAS – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16
Despesas por Órgão	17
Despesas por Fonte	18
Despesas por Função Saúde	19
Despesas por Subfunção Saúde	20
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE	21
Receita – Transferências Voluntárias	22-24
PRINCIPAIS GRUPOS DE DESPESAS	25
Detalhamento das Despesas	26
Contrato de Gestão e Convênios (Organizações Sociais)	27
Prestadores SUS	28-29
AUDITORIA	30
Auditorias Realizadas	31-43
GLOSSÁRIO	44-51



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Introdução

3º QUADRIMESTRE DE 2020

Janeiro a dezembro

Introdução

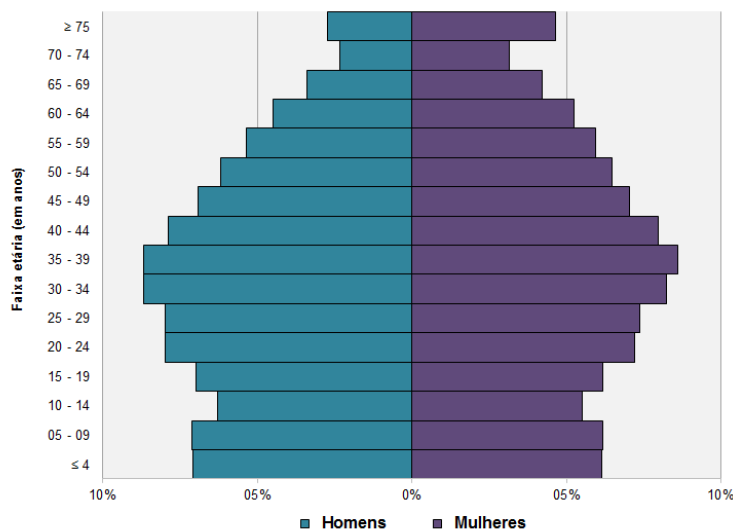
O Município de São Paulo (MSP), capital do estado de São Paulo, é a cidade mais populosa do Brasil, do continente americano e de todo o hemisfério sul, com população projetada para 2018 de 11.811.516 habitantes (Fundação SEADE, 2012) e densidade demográfica de 7.765 hab/km². O MSP faz parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que conta com 39 municípios, constituindo a quarta maior aglomeração urbana do mundo, com população de mais de 20 milhões de habitantes. Neste sentido, o MSP apresenta-se como relevante não só por sua alta densidade populacional, mas por concentrar atividades de troca e interação social com o restante do país.

O MSP está passando pela Fase 4 do processo de transição demográfica, com baixas taxas de natalidade e mortalidade, estabilização no crescimento vegetativo – taxa geométrica de crescimento da população 2010/2017 (em % a.a.) de 0,56 (Fundação SEADE, 2017) – valor abaixo da RMSP e do estado. Em termos gerais, a redução da natalidade acompanhada da diminuição nas taxas de mortalidade vem gerando um envelhecimento populacional crescente no MSP, que ocorre de forma desigual entre as regiões da cidade. As regiões mais pobres apresentam população composta majoritariamente por crianças e adultos jovens, disparidade que traz desafios de cunho gerencial, por demandar modelos diferenciados nos serviços de assistência.

A pirâmide populacional do MSP (**Figura 1**) demonstra a concentração de adultos na faixa etária entre 20 e 59 anos, somando 59,2% da população em 2019. As pessoas com mais de 60 anos já representam 15,2% da população (Fundação SEADE, 2012), ampliando a demanda por ações de cuidado relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), agravadas pelas comorbidades.

Administrativamente, o MSP é dividido em seis regiões de saúde marcadamente desiguais: Centro, Leste, Norte, Oeste, Sudeste e Sul.

Figura 1 - Pirâmide populacional. Município de São Paulo, 2019.



Fonte: Projeção populacional SEADE, 2012.
Elaboração: CEInfo/SMS-SP

Estrutura do sistema de saúde

Nas diretrizes de gestão da SMS-SP priorizou-se o planejamento e a organização dos serviços, por meio da organização das Redes Regionais de Atenção à Saúde (RAS). Conceitualmente, segundo o MS, as RAS caracterizam-se pela formação de relações horizontais entre os pontos de atenção, tendo como centro de comunicação a Atenção Primária à Saúde (APS). São arranjos organizativos de ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão buscam a integralidade do cuidado (Brasil, 2017b).

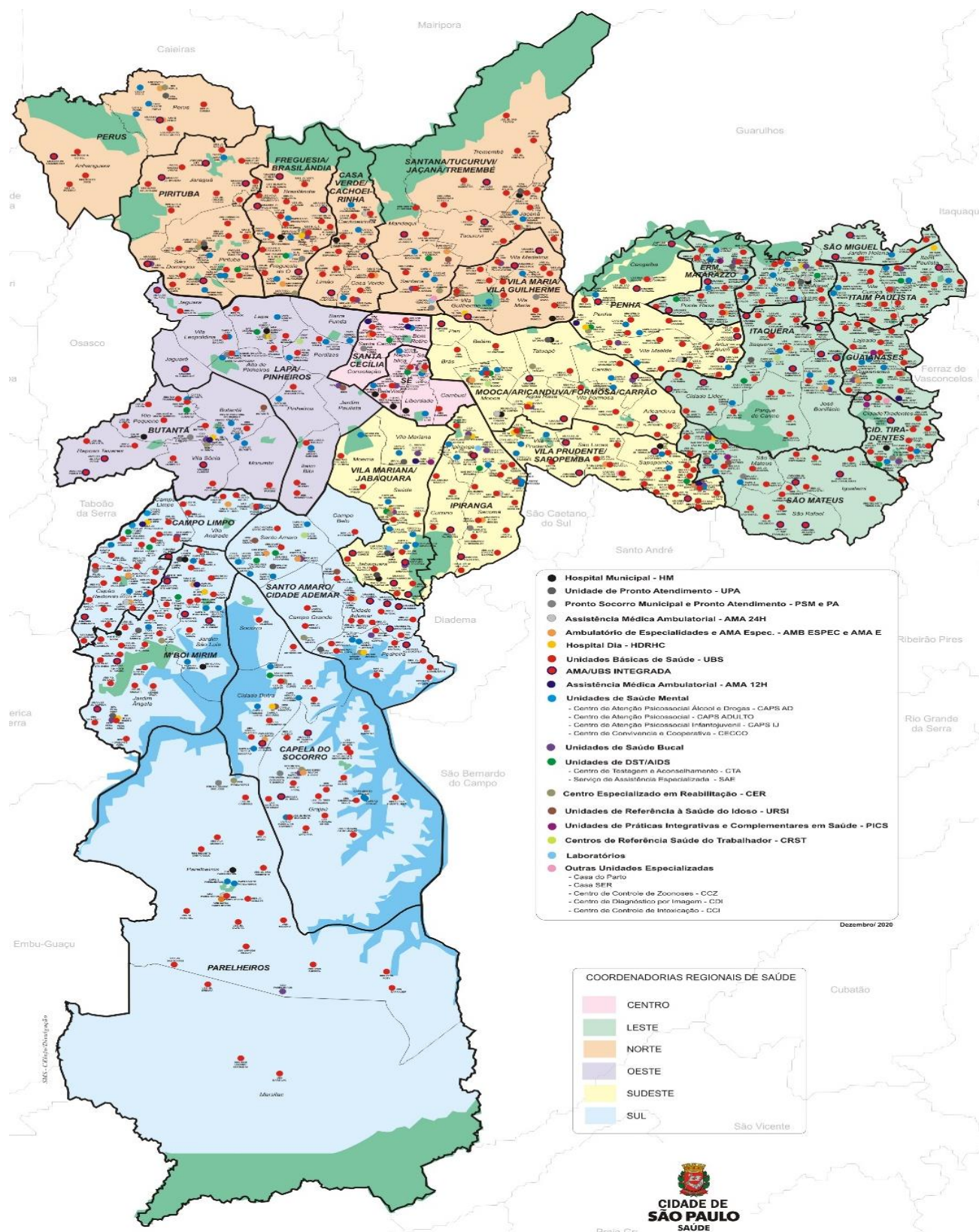
O objetivo das RAS é promover a integração sistêmica de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementar o desempenho do sistema em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária, e eficiência econômica. Todos os pontos de atenção são igualmente importantes para que se cumpram os objetivos da rede de atenção à saúde e se diferenciam, apenas, pelas distintas densidades tecnológicas que os caracterizam.

A SMS-SP vem aumentando a quantidade e diversificando os serviços de saúde que prestam assistência à população da cidade, como pode ser observado na **Figura 2** a seguir (Estabelecimentos/serviços próprios segundo Coordenadoria Regional de Saúde e Supervisão Técnica de Saúde. Município de São Paulo, dezembro / 2020).



CIDADE DE
SÃO PAULO
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde



Secretaria Municipal da Saúde

Nº de Estabelecimentos/Serviços próprios da SMS por Coordenadoria Regional de Saúde Município de São Paulo, dezembro de 2020*

Estabelecimentos/ Serviços		Centro	Leste	Norte	Oeste	Sudeste	Sul	Total Estab/ Serviços
UBS - Unidade Básica de Saúde	UBS	8	96	73	24	74	111	386
	UBS/AMA	-	21	20	5	21	15	82
	Total de UBS	8	117	93	29	95	126	468
AMA - Assistência Médica Ambulatorial (12h)		2	1	-	1	3	2	9
Atenção Especializada Ambulatorial Total: 49 Unidades	Hospital/Dia	-	3	2	2	4	5	16
	Hospital/Dia – Hospitalar	2	1	2	-	1	1	7
	AMB ESPEC - Ambulatório de Especialidades	-	2	4	-	3	5	14
	AMA E - Assistência Médica Ambulatorial de Especialidades	1	2	3	-	2	5	13
Atenção as Urgênc/Emerg Total: 40 Unidades	PSM e PA - Pronto Socorro Munic e Pronto Atend	1	3	3	2	1	3	13
	UPA - Unidade de Pronto Atendimento	-	4	3	-	4	5	16
	AMA - Assistência Médica Ambulatorial (24h)	1	3	1	1	4	3	13
HM - Hospital Municipal		3	4	5	2	6	4	24
Saúde Mental Total: 198 Unid. (93 CAPS)	CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas	3	6	4	4	8	6	31
	CAPS ADULTO - Centro de Atenção Psicossocial Adulto	1	7	6	4	7	8	33
	CAPS IJ - Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil	1	8	5	2	9	7	32
	CECCO - Centro de Convivência e Cooperativa	-	4	7	2	6	5	24
	RT - Residência Terapêutica	1	17	15	8	13	18	72
	Unidade de Acolhimento	3	1	5	-	4	3	16
	Unidade de Apoio a Saúde Mental	-	-	-	1	-	-	1
DST/ AIDS Total: 26 Unidades	CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento	1	4	1	-	1	2	9
	SAE - Serviço de Atendimento Especializado	1	3	2	2	5	4	17
Saúde Bucal Total: 35 Unidades	CEO e CL. Odonto - Centro de Espec Odontológ e CI Odontog	1	7	5	2	9	7	31
	Unidade Odontológica Móvel	1	-	1	1	1	-	4
Reabilitação Total: 33 Unidades	CER - Centro Especializado em Reabilitação	1	9	3	2	7	7	29
	NIR - Núcleo Integrado de Reabilitação	-	-	3	-	-	-	3
	NISA - Núcleo Integrado de Saúde Auditiva	-	-	1	-	-	-	1
SAD - Serviço de Atenção Domiciliar		2	14	8	2	9	9	44
URSI - Unidade de Referência Saúde do Idoso		1	2	2	2	2	3	12
CRST - Centro de Referência Saúde do Trabalhador		1	1	1	1	1	1	6
PICS - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde		1	4	-	-	1	-	6
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia		1	1	1	1	2	1	7
Outros Estab / Serviços Especializados		-	2	-	-	3	-	5
Vigilância em Saúde		2	7	10	2	5	5	31
Total Estabelecimentos/ Serviços por CRS		40	237	196	73	216	245	1.007

Fonte: MS/DATASUS- CNES; SMS/CEInfo- ESTABSUS e Cadastrais

Elaboração: GIA - Gerência de Análise de Informações Assistenciais

* Dados preliminares, sujeitos à revisão - 27/01/2021

Unidade de Apoio Diagnose e Terapia: 6 Laboratórios e 1 Centro de Diagnóstico por Imagem

Outros Estabelecimentos/ Serviços Especializados: 1 Casa do Parto, 1 CASA SER, 2 CREN, 1 Centro de Controle de Intoxicação

Vigilância em Saúde: 27 UVIS - Unid Vig Saúde, 01 CCZ - Centro Controle Zoonoses, 01 Lab Zoonoses e 01 Lab Controle Qualidade em Saúde

Secretaria Municipal da Saúde

Legenda:

UBS - Unidade Básica de Saúde	
AMA - Assistência Médica Ambulatorial (12h)	
Rede de Atenção Especializada Ambulatorial	AMB ESPEC - Ambulatório de Especialidades
	AMA E - Assistência Médica Ambulatorial de Especialidades
	Hospital Dia
	Hospital Dia - Hospitalar
Atenção as Urgências/Emergências	PSM - Pronto Socorro Municipal
	PA - Pronto Atendimento
	UPA - Unidade de Pronto Atendimento
	AMA - Assistência Médica Ambulatorial (24h)
HM - Hospital Municipal	
SAÚDE MENTAL	CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
	CAPS ADULTO - Centro de Atenção Psicossocial Adulto
	CAPS IJ - Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil
	CECCO - Centro de Convivência e Cooperativa
	RT - Residência Terapêutica
	UAA - Unidade de Acolhimento Adulto
	UAI - Unidade de Acolhimento Infantil/Adolescente
	Unidade de Apoio a Saúde Mental
DST/ AIDS	CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/AIDS
	SAE - Serviço de Atendimento Especializado em DST/AIDS
SAÚDE BUCAL	CEO - Clínica de Especialidades Odontológica
	CI Odont - Clínica Odontológica
	Unidade Odontológica Móvel
REABILITAÇÃO	CER - Centro Especializado em Reabilitação
	NIR - Núcleo Integrado de Reabilitação
	NISA - Núcleo Integrado de Saúde Auditiva
SAD - Serviço de Atenção Domiciliar	
URSI - Unidade de Referência Saúde do Idoso	
CR ST - Centro de Referência Saúde do Trabalhador	
PICS - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	CDI - Centro de Diagnóstico por Imagem
	LAB - Laboratório
Outros Estabelecimentos Especializados	Casa do Parto
	CASA SER - Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva
	CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional
	CCI - Centro de Controle de Intoxicação
Vigilância em Saúde	UVIS - Unidades de Vigilância em Saúde
	Laboratório de Zoonoses e Doenças Transmitidas por Vetores
	CCZ - Centro de Controle de Zoonoses

A cidade abriga um importante centro tecnológico de saúde, com um complexo médico-hospitalar de referência nacional e internacional, o que representa parcela importante da sua economia. No que diz respeito ao setor público, a cidade produz o maior número de procedimentos ambulatoriais de baixa, média e alta complexidades, assim como o maior número de internações SUS do país. Apresenta 468 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 20 hospitais gerais ou especializados que fazem parte de uma rede com 989 estabelecimentos / serviços de saúde sob gestão municipal.

Frente à diversidade de cenários observados na escala intramunicipal, o MSP apresenta 60,9% da população coberta pela Atenção Básica e 35,8% da população residente em área de atuação da Estratégia Saúde da Família. É importante destacar que, segundo dados do Inquérito Domiciliar de Saúde realizado em 2015 no Município de São Paulo, a taxa de cobertura de planos de saúde médico ou odontológico para pessoas com 12 anos e mais era de 42,2% (ISA Capital, 2015).



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Demonstrativo de Receitas, Despesas e Análise

3º QUADRIMESTRE DE 2020

Janeiro a dezembro

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

A receita do Município para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) até o 3º Quadrimestre de 2020 foi de R\$ 45.400.342.534 (quarenta e cinco bilhões, quatrocentos milhões, trezentos e quarenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais), representando 101,67% da previsão da receita para 2020 (arrecadação de impostos líquidos e receitas de transferências constitucionais e legais).

Outras receitas adicionais, no valor de R\$ 4.820.945.953 (quatro bilhões, oitocentos e vinte milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais), complementam o total para financiamento da saúde, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RECEITA					
Tabela I - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (RECEITA) - VALORES EM REAIS R\$					
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2020 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2019
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	33.486.139.607	33.486.139.607	34.847.906.152	104,07%	33.288.003.730
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.256.219.992	10.256.219.992	10.649.035.925	103,83%	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	845.457.433	845.457.433	923.617.755	109,24%	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.205.236.366	2.205.236.366	2.566.917.769	116,40%	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	36.555.164	36.555.164	33.441.941	91,48%	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	16.822.236.373	16.822.236.373	17.217.308.155	102,35%	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	492.027.599	492.027.599	636.699.210	129,40%	
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.828.406.680	2.828.406.680	2.820.885.397	99,73%	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.168.214.387	11.168.214.387	10.552.436.382	94,49%	10.730.998.474
Cota-Parte FPM	322.381.026	322.381.026	293.110.831	90,92%	
Cota-Parte ITR	1.575.972	1.575.972	2.242.023	142,26%	
Cota-Parte IPVA	2.725.012.240	2.725.012.240	2.735.016.094	100,37%	
Deduções Cota-Parte IPVA			-1.555.561	-	
Cota-Parte ICMS	8.031.541.791	8.031.541.791	7.468.082.304	92,98%	
Cota-Parte IPI-Exportação	59.351.282	59.351.282	55.540.691	93,58%	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais, desoneração ICMS (LC 87/96)	28.352.076	28.352.076	-	-	
Outras					
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	44.654.353.994	44.654.353.994	45.400.342.534	101,67%	44.019.002.205
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2020 (b)	% (b/a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre de 2019
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE	3.019.606.157	3.521.937.644	4.647.994.480	131,97%	
Proveniente da União - Fundo a Fundo	2.728.606.157	3.230.937.644	4.501.705.393	139,33%	
Provenientes dos Estados	291.000.000	291.000.000	146.289.087	50,27%	
Outras Receitas					
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS					
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	139.280.427	139.280.427	172.316.921,35	123,72%	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.308.240	1.308.240	634.551	48,50%	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.160.194.824	3.662.526.311	4.820.945.953	131,63%	2.350.073.316

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2021

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

Empenhadas: somam R\$ 13.971.871.036 (treze bilhões, novecentos e setenta e um milhões, oitocentos e setenta e um mil, trinta e seis reais) representando 94,34% da Dotação Orçamentária para 2020, sendo R\$ 9.891.474.285 (nove bilhões, oitocentos e noventa e um milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 4.080.396.751 (quatro bilhões, oitenta milhões, trezentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo;

Liquidadas: somam R\$ 13.285.210.038 (treze bilhões, duzentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e dez mil, trinta e oito reais) representando 89,70% da Dotação Orçamentária para 2020, sendo R\$ 9.428.970.041 (nove bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões, novecentos e setenta mil, quarenta e um reais) em despesas com ações e serviços públicos de saúde, e R\$ 3.856.239.997 (três bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais) em despesas não computadas para fins de apuração do percentual mínimo.

DESPESA										
Tabela II - LEI COMPLEMENTAR 141/12 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (DESPESAS) - VALORES EM REAIS R\$										
Válido a partir do exercício financeiro de 2020 (Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019)										
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	Até o 3º Quadrimestre de 2020								Até o 3º Quadrimestre de 2019	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	4.381.358.750	5.466.069.196	5.071.687.533	92,78%	4.971.919.737	90,96%	4.900.114.771	99.767.795		
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.307.971.274	5.970.908.716	5.603.074.391	93,84%	5.182.012.571	86,79%	5.091.664.874	421.061.821		
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	390.368.979	412.827.236	404.837.165	98,06%	326.310.443	79,04%	320.062.727	78.526.722		
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	165.802.555	118.123.567	97.035.024	82,15%	72.897.665	61,71%	72.732.079	24.137.359		
OUTRAS SUBFUNÇÕES	3.130.705.546	2.842.693.658	2.795.236.924	98,33%	2.732.069.622	96,11%	2.730.372.881	63.167.302		
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	12.376.207.104	14.810.622.372	13.971.871.036	94,34%	13.285.210.038	89,70%	13.114.947.333	686.660.999	11.479.823.584	11.036.815.220
DESPESAS COM SAÚDE (não computadas no cálculo do limite mínimo)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Percentual (d/c)	Liquidadas (e)	Percentual (e/c)	Pagas (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Empenhadas	Liquidadas
ATENÇÃO BÁSICA	1.110.521.902	1.430.012.684	1.077.026.373	75,32%	1.041.104.451	72,80%	987.660.589	35.921.922		
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.995.172.059	2.727.728.286	2.487.865.578	91,21%	2.344.610.006	85,95%	2.319.243.351	143.255.573		
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	108.100.000	85.770.000	79.699.384	92,92%	65.395.272	76,24%	63.283.133	14.304.111		
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	134.125.252	91.137.632	79.680.628	87,43%	59.614.745	65,41%	59.479.902	20.065.884		
OUTRAS SUBFUNÇÕES	322.999.000	373.639.329	356.124.788	95,31%	345.515.524	92,47%	345.392.436	10.609.264		
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	3.670.918.213	4.708.287.932	4.080.396.751	86,66%	3.856.239.997	81,90%	3.775.059.412	224.156.754	2.954.479.998	2.833.097.942
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	8.705.288.891	10.102.334.440	9.891.474.285	97,91%	9.428.970.041	93,33%	9.339.887.920	462.504.245	8.525.343.586	8.203.717.278
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MÍNIMO CONSTITUCIONAL = 15%			21,79%		20,77%				19,37%	18,64%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2021

ANÁLISE DA APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE

Temos no quadro abaixo, o comparativo das despesas e receitas do município em ações e serviços públicos em saúde, referente ao acumulado até o 3º quadrimestre de 2020 e mesmo período de 2019. As despesas empenhadas para 2020 e 2019, representam respectivamente 21,79% e 19,37% e as liquidadas 20,77% e 18,64%.

RECEITAS			Receitas no 3º Quadrimestre de 2020		Receitas no 3º Quadrimestre de 2019	
Receitas para Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	sobre atualizada (%) (b/a)	Realizadas	
Receitas de Impostos Líquidas (I)	33.486.139.607	33.486.139.607	34.847.906.152	104,07%	33.288.003.730	
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	11.168.214.387	11.168.214.387	10.552.436.382	94,49%	10.730.998.474	
Total das Receitas para apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (III) = I + II	44.654.353.994	44.654.353.994	45.400.342.534	101,67%	44.019.002.204	

DESPESAS			Despesas no 3º Quadrimestre de 2020				Despesas no 3º Quadrimestre de 2019	
Despesas com Saúde	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Empenhadas (d)	Liquidadas (e)	sobre atualizada (%)		Empenhadas	Liquidadas
					(d/c)	(e/c)		
Despesas Correntes	11.490.747.471	13.839.019.476	13.547.073.068	12.945.041.728	97,89%	93,54%	11.229.630.222	10.829.673.078
Despesas de Capital	885.459.633	971.602.895	424.797.969	340.168.309	43,72%	35,01%	250.193.362	207.142.143
Total das Despesas com Saúde (IV)	12.376.207.104	14.810.622.372	13.971.871.036	13.285.210.038	94,34%	89,70%	11.479.823.584	11.036.815.220
Total das Despesas com Saúde não Computadas para Apuração do Percentual Mínimo (V)	3.670.918.213	4.708.287.932	4.080.396.751	3.856.239.997	29,20%	29,03%	2.954.479.998	2.833.097.942
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (VI) = (IV - V)	8.705.288.891	10.102.334.440	9.891.474.285	9.428.970.041	Valor referente à diferença entre o valor executado e o Limite Mínimo Constitucional de 15% R\$ 3.081.422.905		8.525.343.586	8.203.717.277
Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) sobre Total das Receitas Realizadas *			21,79%	20,77%			19,37%	18,64%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2021

Cálculo do Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

O cálculo do Percentual ASPS é obtido pelas fórmulas a seguir, sendo exigido o percentual com despesa liquidada para o 1º e 2º Quadrimestre e despesa empenhada para o 3º Quadrimestre:

	despesa empenhada	9.891.474.285		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	-----
	receita realizadade	45.400.342.534		21,79%

	despesa liquidada	9.428.970.041		
Percentual de aplicação mínimo em ASPS - LC 141/12	=	-----	=	-----
	receita realizadade	45.400.342.534		20,77%

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2021



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

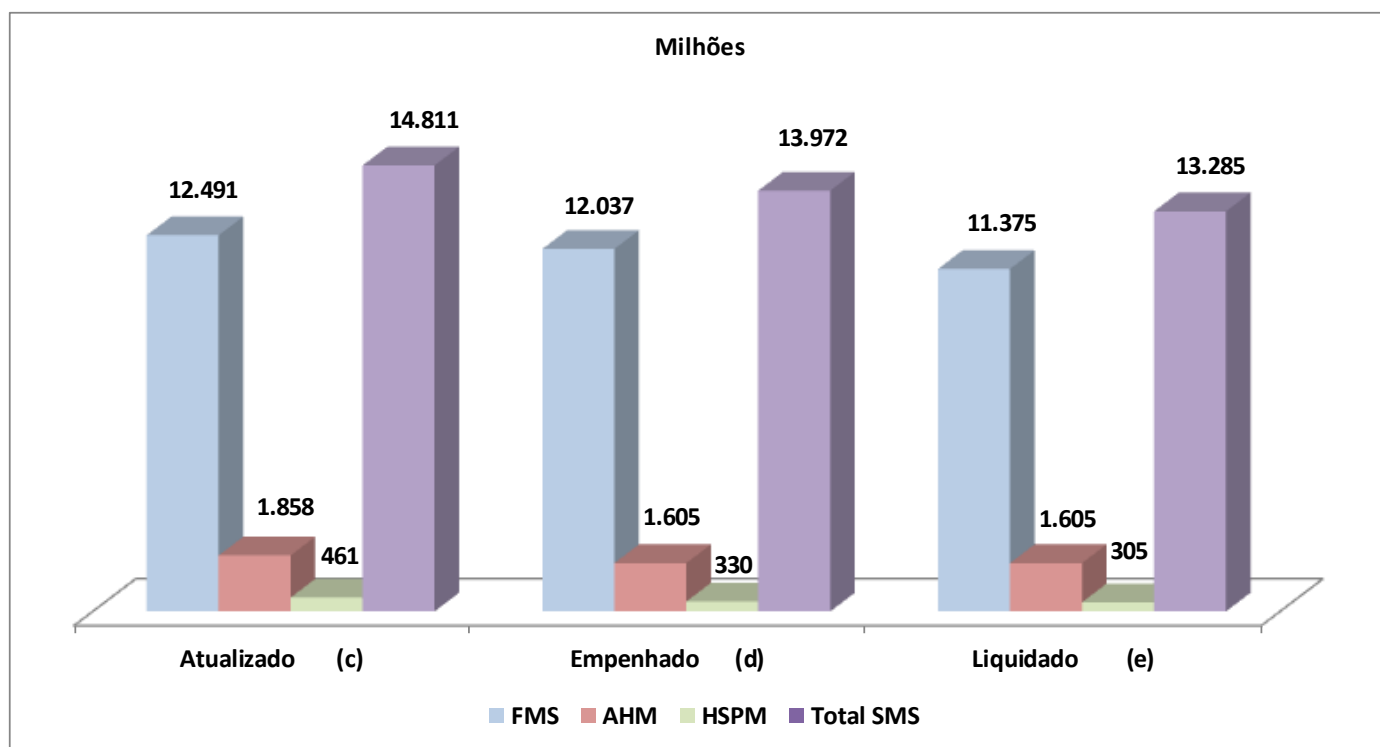
Demonstrativo das Despesas:
por Órgão, Fonte, Função e Subfunção
3º QUADRIMESTRE DE 2020
Janeiro a dezembro

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE
Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre 2020

Despesas por Órgão, valores em R\$

Órgão	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
FMS	10.373.189.712	12.491.367.689	12.036.549.983	11.375.204.342	11.206.710.284	96,36%	323.400.930
AHM	1.559.600.441	1.857.987.006	1.605.486.575	1.605.486.575	1.605.486.575	86,41%	118.050.267
HSPM	443.416.951	461.267.677	329.834.479	304.519.121	302.750.474	71,51%	113.635.036
Total SMS	12.376.207.104	14.810.622.372	13.971.871.036	13.285.210.038	13.114.947.333	94,34%	555.086.233



FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021

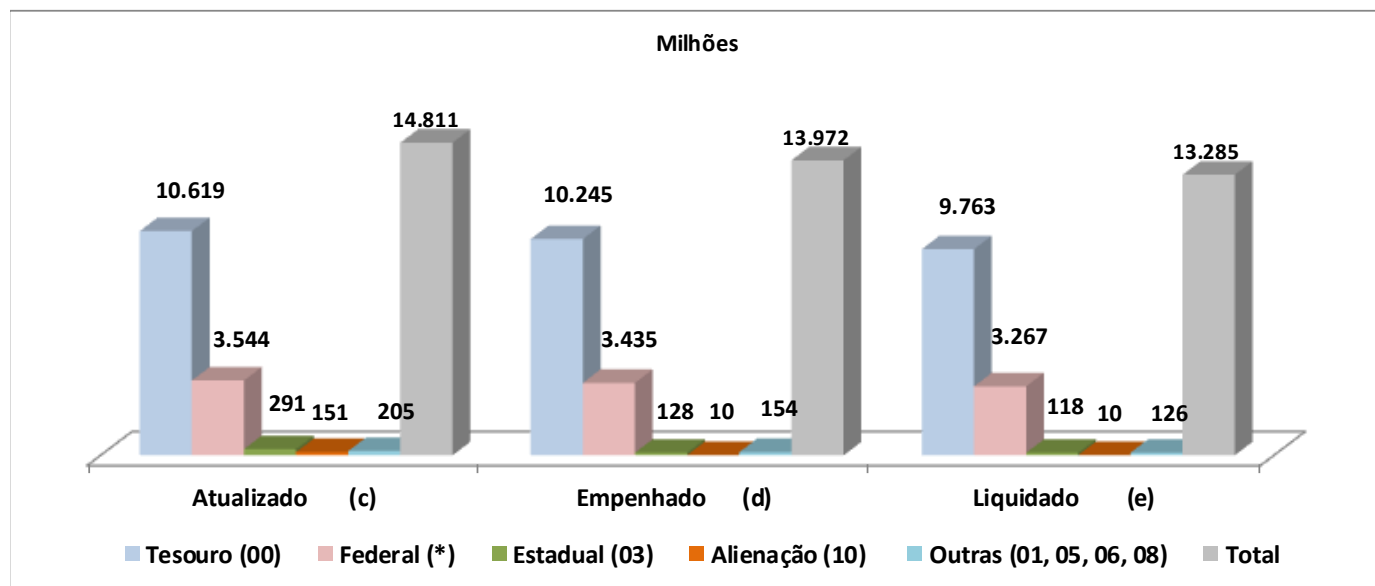
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2021

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE
Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre 2020

Despesas por Fonte, valores em R\$

Fonte	Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	d/total d	Congelado
Tesouro (00)	9.210.706.845	10.618.639.804	10.245.348.123	9.763.206.398	9.672.701.095	73,33%	276.214.965
Federal (*)	2.577.061.440	3.544.222.488	3.435.407.955	3.267.417.996	3.189.908.687	24,59%	0
Estadual (03)	291.000.000	291.000.000	127.704.243	118.495.344	118.481.506	0,91%	137.241.232
Alienação (10)	141.630.036	151.453.378	9.823.342	9.823.342	9.823.342	0,07%	141.630.036
Outras (01, 05, 06, 08)	155.808.783	205.306.702	153.587.373	126.266.957	124.032.703	1,10%	0
Total	12.376.207.104	14.810.622.372	13.971.871.036	13.285.210.038	13.114.947.333	100,00%	555.086.233



(*) despesas federais empenhadas referentes às seguintes fontes e valores:

- fonte 02 =	-	Transferências Federais	3.090.658.674,20
- fonte 21 =	COVID	Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde	258.447.420,40
- fonte 24 =	COVID	Transferências Federais - LC 173/2020, Art5º, I	86.301.860,75
			3.435.407.955,35

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021

Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2021

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Função Saúde - em R\$								
3º Quadrimestre 2020								
Unidade Orçamentária (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (d)	Pago (f)	(d/c)	Congelado
84.10	Fundo Municipal da Saúde - Gabinete	9.958.439.298	12.125.886.972	11.680.940.174	11.075.560.385	10.910.103.210	96,33%	323.400.930
84.21	Hospital Cachoeirinha	36.076.495	36.447.369	34.793.606	28.387.049	27.492.682	95,46%	-
84.22	Coord. de Vigilância em Saúde	57.618.200	40.277.439	35.715.307	28.868.865	28.840.622	88,67%	-
84.23	Coord. Regional de Saúde Norte	53.400.657	48.795.316	48.763.071	39.764.854	39.570.952	99,93%	-
84.24	Coord. Regional de Saúde Sul	90.291.121	89.751.910	88.294.628	78.401.853	76.969.164	98,38%	-
84.25	Coord. Regional de Saúde Sudeste	68.906.342	64.387.920	63.660.449	55.184.639	55.061.871	98,87%	-
84.26	Coord. Regional de Saúde Leste	62.569.628	50.228.932	50.033.235	42.032.212	41.671.767	99,61%	-
84.27	Coord. Regional de Saúde Oeste	35.083.260	25.983.039	24.917.498	18.822.923	18.819.673	95,90%	-
84.28	Coord. Regional de Saúde Centro	10.804.711	9.608.793	9.432.015	8.181.562	8.180.344	98,16%	-
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA		10.373.189.712	12.491.367.689	12.036.549.983	11.375.204.342	11.206.710.284	96,36%	323.400.930
01.10	Autarquia Hospitalar Municipal	1.559.600.441	1.857.987.006	1.605.486.575	1.605.486.575	1.605.486.575	86,41%	118.050.267
02.10	Hosp. Servidor Público Municipal	443.416.951	461.267.677	329.834.479	304.519.121	302.750.474	71,51%	113.635.036
TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		2.003.017.392	2.319.254.683	1.935.321.054	1.910.005.696	1.908.237.048	83,45%	231.685.303
TOTAL ORÇAMENTO FUNÇÃO SAÚDE		12.376.207.104	14.810.622.372	13.971.871.036	13.285.210.038	13.114.947.333	94,34%	555.086.233

Fonte: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021

Secretaria Municipal da Saúde

Execução Orçamentária - Subfunção Saúde - em R\$										
3º Quadrimestre 2020										
Subfunção Saúde (código e descrição)		Inicial	Atualizado (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	(d/c)	(d/total d)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (*)	
									(g)	(g/total d)
301	Atenção Básica	4.381.358.750	5.466.069.196	5.071.687.533	4.971.919.737	4.900.114.771	92,78%	36,30%	99.767.795	0,71%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.307.971.274	5.970.908.716	5.603.074.391	5.182.012.571	5.091.664.874	93,84%	40,10%	421.061.821	3,01%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	390.368.979	412.827.236	404.837.165	326.310.443	320.062.727	98,06%	2,90%	78.526.722	0,56%
304	Vigilância Sanitária	165.802.555	118.123.567	97.035.024	72.897.665	72.732.079	82,15%	0,69%	24.137.359	0,17%
305	Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
241	Assistência ao Idoso	10.640.000	-	-	-	-	-	-	-	-
242	Assistência ao Portador de Deficiência	11.100.000	1.230.356	1.130.265	684.927	638.434	91,86%	0,01%	445.339	0,00%
422	Direitos Individuais Coletivos e Difusos	822.320	101.838	79.398	42.296	42.296	77,97%	0,00%	37.101	0,00%
122	Administração Geral	2.610.774.087	2.435.318.046	2.398.275.076	2.372.356.699	2.371.497.916	98,48%	17,17%	25.918.377	0,19%
128	Formação de Recursos Humanos	13.156.306	2.677.189	612.143	436.371	410.838	22,87%	0,00%	175.772	0,00%
271	Previdência Básica	395.809.690	278.509.690	278.509.690	274.578.318	274.578.318	100,00%	1,99%	3.931.372	0,03%
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
131	Comunicação Social	2.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-
126	Tecnologia da Informação	86.403.143	124.856.538	116.630.351	83.971.010	83.205.079	93,41%	0,83%	32.659.341	0,23%
TOTAL		12.376.207.104	14.810.622.372	13.971.871.036	13.285.210.038	13.114.947.333	94,34%	100,00%	686.660.999	4,91%

(*) Inscritas em Restos a Pagar não Processados => (g) = (d) - (e)

FONTE: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021
Secretaria Municipal da Fazenda - RREO ANEXO 12 (LC141/2012, art 35), em janeiro de 2021

RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Transferências Fundo a Fundo e Voluntárias

3º Quadrimestre de 2020

Janeiro a dezembro



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2020

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE												
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
REALIZADA	2.485.331.990	100,00%	938.827.643	1.345.590.166	247.591.400	269.206.229	209.998.413	266.930.014	993.726.055	3.278.143.863	100,00%	131,9%
BLOCO FEDERAL	2.461.600.000	99,05%	840.926.362	1.285.474.989	246.555.355	266.089.331	206.948.226	245.937.868	965.530.780	3.091.932.130	94,32%	125,6%
BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	612.000.000	24,62%	122.670.114	247.823.121	60.945.379	61.970.389	60.351.682	74.067.615	257.335.065	627.828.299	19,15%	102,6%
BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.631.200.000	65,63%	652.275.182	984.303.412	175.531.143	175.492.141	131.695.150	156.575.753	639.294.187	2.275.872.782	69,43%	139,5%
BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	96.240.000	3,87%	23.909.382	25.671.420	9.355.626	7.978.936	8.928.533	4.330.595	30.593.689	80.174.491	2,45%	83,3%
BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	70.560.000	2,84%	23.891.445	23.891.445	723.207	5.972.861	5.972.861	5.972.861	18.641.790	66.424.680	2,03%	94,1%
BLOCO GESTÃO SUS	-	0,00%	-	350.000	-	14.675.004	-	-	14.675.004	15.025.004	0,46%	-
BLOCO INVESTIMENTOS	51.600.000	2,08%	18.180.238	3.435.591	-	-	-	4.991.045	4.991.045	26.606.874	0,81%	51,6%
OUTROS CONVÊNIOS (União)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
BLOCO ESTADUAL	-	0,00%	83.932.291	47.370.349	-	1.531.503	-	1.531.503	3.063.006	134.365.646	4,10%	-
AÇÕES ESPEC. SAÚDE (Estado)	-	0,00%	83.932.291	47.370.349	-	1.531.503	-	1.531.503	3.063.006	134.365.646	4,10%	-
BLOCO OUTRAS RECEITAS	23.131.990	0,93%	13.568.990	10.151.641	330.102	1.282.083	2.775.650	19.186.466	23.574.301	47.294.931	1,44%	204,5%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (Estado)	290.670	0,01%	290.670	135.881	(18.658)	43.434	38.519	82.809	146.104	572.655	0,02%	197,0%
APLICAÇÃO FINANCEIRA (União)	6.904.324	0,28%	6.904.324	4.151.526	(252.148)	971.578	813.610	1.900.919	3.433.960	14.489.810	0,44%	209,9%
REC DE RESTITUIÇÃO DIVERSAS FMS	2.040.000	0,08%	54.084	2.623.140	11.718	524	707.841	16.363.908	17.083.992	19.761.216	0,60%	968,7%
MULTAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.232.400	0,05%	76.427	96.892	6.614	-	1.452	107.400	115.465	288.785	0,01%	23,4%
AHM (OUTRAS RECEITAS)	3.621.196	0,15%	1.942.839	676.429	218.084	132.192	108.811	201.841	660.928	3.280.196	0,10%	90,6%
HSPM (OUTRAS RECEITAS)	9.043.400	0,36%	4.300.645	2.467.772	364.492	134.354	1.105.416	529.590	2.133.852	8.902.270	0,27%	98,4%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	600.000	100,00%	400.000	2.593.187	705.943	303.313	274.537	274.176	1.557.968	4.551.155	13,18%	100,0%



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

RECURSOS FEDERAIS												
RECEITA DO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO (pab fixo)	290.400.000,00	47,45%	48.479.091	-	-	-	-	-	0	48.479.091	7,72%	16,7%
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	321.600.000,00	52,55%	59.718.158	-	-	-	-	-	0	59.718.158	9,51%	18,6%
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB/APS	-	-	3.000.000	4.720.000	0	0	0	1.000.000	1.000.000	8.720.000	1,39%	-
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	-	0,00%	-	22.204.152	5.551.038	4.872.975	4.872.975	4.872.975	20.169.963	42.374.116	6,75%	-
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	-	0,00%	-	115.295.222	28.933.222	28.966.889	28.731.222	28.916.389	115.547.722	230.842.944	36,77%	-
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PER CAPITA DE TRANSIÇÃO	-	0,00%	-	24.299.846	6.074.961	6.074.961	6.074.961	6.074.961	24.299.846	48.599.691	7,74%	-
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - AÇÕES ESTRATÉGICAS	-	0,00%	9.522.836	73.564.701	18.434.357	20.102.063	18.734.323	29.833.490	87.104.234	170.191.771	27,11%	-
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DIVERSOS APS	-	0,00%	1.950.029	7.739.200	1.951.800	1.953.500	1.938.200	3.369.800	9.213.300	18.902.529	3,01%	-
REALIZADA	612.000.000	100,00%	122.670.114	247.823.121	60.945.379	61.970.389	60.351.682	74.067.615	257.335.065	627.828.299	100%	102,6%
RECEITA DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
SAMU	50.400.000,00	3,09%	14.994.008	14.994.008	3.748.502	3.748.502	3.748.502	3.748.502	14.994.008	44.982.024	1,98%	89,3%
TETO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.234.000.000,00	75,65%	359.752.798	362.189.989	90.559.910	90.218.977	90.563.816	91.018.800	362.361.503	1.084.304.290	47,64%	87,9%
CORONAVÍRUS (COVID-19)	-	0,00%	157.813.824	471.667.965	53.236.410	54.268.705	8.668.062	33.288.444	149.461.621	778.943.410	34,23%	-
FAEC	346.800.000,00	21,26%	109.138.381	112.990.413	27.986.322	27.255.957	28.714.770	28.520.007	112.477.055	334.605.849	14,70%	96,5%
INCREMENTO TEMPORÁRIO DO MAC - EMENDA PARLAMENTAR	-	0,00%	10.576.172	22.461.037	0	0	0	650.000	650.000	33.687.209	1,48%	-
EMENDA PARLAMENTAR	-	-	18.180.238	-	0	0	0	0	0	18.180.238	0,80%	-
REALIZADA	1.631.200.000	100,00%	652.275.182	984.303.412	175.531.143	175.492.141	131.695.150	156.575.753	639.294.187	2.275.872.782	100%	139,5%
RECEITAS DO BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	96.240.000,00	54,67%	21.739.763	25.671.420	9.355.626	7.978.936	8.928.533	4.330.595	30.593.689	78.004.871	50,18%	81,1%
VIGILÂNCIA DST/AIDS	9.240.000,00	5,25%	2.892.826	2.892.826	723.207	723.207	723.207	723.207	2.892.826	8.678.479	5,58%	93,9%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	70.560.000,00	40,08%	23.891.445	23.891.445	5.972.861	5.972.861	5.972.861	5.972.861	23.891.445	71.674.335	46,10%	101,6%
REALIZADA	176.040.000	100,00%	45.631.207	52.455.691	16.051.694	14.675.004	15.624.600	11.026.662	57.377.960	155.464.858	102%	88,3%
RECEITAS DO BLOCO DE GESTÃO DO SUS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO OU IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLEXOS REGULADORES	-	-	-	350.000	0	0	0	0	0	350.000	0,23%	-
Outros(3)	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	-
REALIZADA	-	-	-	350.000	-	-	-	-	-	350.000	0%	-
RECEITAS DO BLOCO DE INVESTIMENTO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CONSTRUÇÃO DE CAPS, SRT,SMT E UA	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UBS	-	-	-	3.415.592	-	-	154.600	-	154.600	3.570.192	13,34%	-
CONSTRUÇÃO DE UPA	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
CONSTRUÇÃO CER	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
AÇÕES DE INVESTIMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
EQUIPAMENTOS	51.600.000	100,00%	18.180.238	0	-	-	-	4.991.045	4.991.045	23.171.283	86,58%	44,9%
CONSTRUÇÃO HORA CERTA	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
CONVÊNIOS	-	-	-	19.999	-	-	-	-	0	19.999	-	-
REALIZADA	51.600.000	100,00%	18.180.238	3.435.591	-	-	154.600	4.991.045	5.145.645	26.761.474	100%	51,9%
RECEITAS PARA OUTROS CONVÊNIOS ESPECÍFICOS COM A UNIÃO	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
CAPACITAÇÃO (Educação Permanente)	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
CONSTRUÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
REALIZADA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

RECURSOS ESTADUAIS												
RECEITAS DO ESTADO PROGRAMAS / CONVÊNIOS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DOSE CERTA	-	-	-	32.244	-	-	-	-	0	32.244	-	-
CAPACITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
ATENÇÃO BÁSICA	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
CASAS DE APOIO E OUTROS	-	-	-	417.600	-	-	-	-	0	417.600	0,31%	-
EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-
REFORMA E CONSTRUÇÃO UBS	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-
CONTROLE DE GLICEMIA	-	-	-	3.063.006	-	1.531.503	-	1.531.503	3.063.006	6.126.012	4,56%	-
CORONAVÍRUS (COVID-19)	-	-	83.932.291	40.400.000	-	-	-	-	0	124.332.291	92,53%	-
EMENDA PARLAMENTAR	-	-	2.453.970	3.357.500	-	-	-	-	-	5.811.470	4,33%	-
OUTROS	-	-	7.153.970	100.000	-	-	-	-	-	7.253.970	5,40%	-
REALIZADA	-	-	83.932.291	47.370.349	-	1.531.503	-	1.531.503	3.063.006	134.365.646	107%	100,0%
RECEITAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	RECEITA PREVISTA ANUAL (b)	PARTICIPAÇÃO % (Receita Atualizada)	Jan a Abr/2020	Maio a Ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Set a Dez/20	TOTAL (a)	PARTICIPAÇÃO (%)	PERCENTUAL (%) (a/b)
PRÊMIO INOVASUS	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	600.000	100,00%	400.000	200.000	-	-	-	-	0	600.000	13,18%	100,00%
EQUIPAMENTOS SULAMERICA	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
CORONAVÍRUS (COVID-19) - OUTRAS RECEITAS (MPE/MPF/TJE- SP/DOAÇÕES)	-	-	-	2.393.187	705.943	303.313	274.537	274.176	1.557.968	3.951.155	86,82%	-
REALIZADA	600.000	100,00%	400.000	2.593.187	705.943	303.313	274.537	274.176	1.557.968	4.551.155	13%	100,0%

Fonte: Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/TF (BOLETIM DA RECEITA - SOF E DATASUS).



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

APLICAÇÃO LC 141/2012

Principais Grupos de Despesas

3º QUADRIMESTRE DE 2020

Janeiro a dezembro

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Principais Grupos de Despesas

Detalhamento das Despesas Empenhadas - Fundo Municipal da Saúde (SMS, AHM e HSPM) - 3º Quadrimestre 2020

Grupo	Administração Direta	Administração Indireta		Total, em R\$	Sobre Total Saúde
	SMS, em R\$	AHM, em R\$	HSPM, em R\$		
Pessoal, Auxílios e Encargos	1.478.222.375	704.176.778	226.703.050	2.409.102.203	17,24%
Contratos de Gestão e Convênios	6.091.376.541	389.327.416		6.480.703.957	46,38%
Prestadores SUS	537.606.913			537.606.913	3,85%
Materias Médico-Hospitalares	373.110.124	89.713.524	17.834.028	480.657.676	3,44%
Medicamentos	404.842.840	34.652.504	6.463.011	445.958.355	3,19%
Investimentos	393.432.872	20.541.321	10.823.776	424.797.969	3,04%
Outros	2.757.958.318	367.075.031	68.010.613	3.193.043.963	22,85%
TOTAL SAÚDE	12.036.549.983	1.605.486.575	329.834.479	13.971.871.036	100,00%

Materiais Médico-Hospitalares e Medicamentos

Grupo	Fonte	Administração Direta	Administração Indireta		Total, em R\$	Sobre Total Saúde
		SMS, em R\$	AHM, em R\$	HSPM, em R\$		
Materias Médico Hospitalares	00	311.776.405	32.506.152	12.312.120	356.594.677	2,55%
	02	50.860.167	57.207.372	2.844.463	110.912.002	0,79%
	03	4.595.045			4.595.045	0,03%
	10					
	21					
	24					
	01, 05, 06, 08	5.878.508		2.677.446	8.555.953	0,06%
	Total	373.110.124	89.713.524	17.834.028	480.657.676	3,44%
Medicamentos	00	325.143.456	15.133.131	5.072.858	345.349.445	2,47%
	02	74.036.842	19.519.373	455.621	94.011.836	0,67%
	03					
	10					
	21	5.662.542			5.662.542	0,04%
	24					
	01, 05, 06, 08			934.533	934.533	0,01%
	Total	404.842.840	34.652.504	6.463.011	445.958.355	3,19%
Total Materiais + Medicamentos		777.952.964	124.366.028	24.297.039	926.616.032	6,63%

Ações Judiciais (*)	13.793.129	0	0	13.793.129	0,10%
---------------------	------------	---	---	------------	-------

(*) As Ações Judiciais compreendem Materiais Médico-Hospitalares, Medicamentos e Outros (dietas e serviços), cujos valores já estão incluídos em respectivos itens.

Descrição das fontes de recursos financeiros

- Fonte 00 = Tesouro Municipal
 Fonte 01 = Operações de Crédito
 Fonte 02 = Transferências Federais
 Fonte 03 = Transferências Estaduais
 Fonte 05 = Outras Fontes
 Fonte 06 = Recursos Próprios da Administração Indireta
 Fonte 08 = Tesouro Municipal - Recursos Vinculados
 Fonte 10 = Alienação de Bens/Ativos
 Fonte 21 = COVID = Transf. Fed.: Custeio COVID Fundo a Fundo - Serv. Púb. de Saúde
 Fonte 24 = COVID = Transferências Federais - LC 173/2020, Art5º, I

Fonte:

- Administração Direta: CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021
 - Administração Indireta: AHM, em fevereiro de 2021
 - Administração Indireta: HSPM, em fevereiro de 2021



Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias

Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - CPCSS

Contrato de Gestão (CG), Convênios (CV), Termo de Fomento (TF)

Item	Organizações Sociais (em ordem decrescente de valores empenhados)	Natureza	Repasse Financeiros 3º Quadrimestre 2020			
			Empenhado		Liquidado	
			R\$	Sobre TOTAL GERAL	R\$	Sobre Empenhado
1	Associação Saúde da Família	CG	990.601.626	16,26%	968.283.663	97,75%
2	Casa de Saúde Santa Marcelina	CG	826.913.558	13,58%	806.824.379	97,57%
3	SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	CG	792.267.056	13,01%	720.076.322	90,89%
4	Instituto de Atenção Básica e Avançada a Saúde - IABAS	CG	615.313.868	10,10%	584.427.235	94,98%
5	CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim	CG	421.108.174	6,91%	417.552.545	99,16%
6	SECONCI - Serviço Social da Construção Civil do Est. de São Paulo	CG	361.524.195	5,94%	350.569.389	96,97%
7	Assoc. Congregação de Santa Catarina	CG	271.618.019	4,46%	238.610.067	87,85%
8	Soc. Beneficente Israelita Bras. Hosp. Albert Einstein	CV	205.226.790	3,37%	168.984.195	82,34%
9	Fundação do ABC	CG	175.665.758	2,88%	169.227.973	96,34%
10	Assoc. Comunitária Monte Azul	CG e CV	148.733.443	2,44%	148.559.179	99,88%
11	Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto	CV	52.860.170	0,87%	51.372.139	97,18%
12	Assoc. Comunitária e Benef. Padre José Augusto M. Moreira	CV	32.194.174	0,53%	29.241.224	90,83%
13	Congregação das Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus	CV	31.553.990	0,52%	29.691.649	94,10%
14	Casa de Isabel	CV e TF	15.439.150	0,25%	13.703.063	88,76%
15	SALLUS Associação para a Saúde Núcleo Sallus Paulista	CV	5.347.878	0,09%	4.383.896	81,97%
16	Universidade de São Paulo	CV	5.149.503	0,08%	5.149.203	99,99%
17	Assoc. de Saúde Mental PROSAM	CV	4.085.214	0,07%	3.985.214	97,55%
18	Assoc. de Apoio ao Projeto Quixote	CV	2.779.113	0,05%	2.565.335	92,31%
19	CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana	CV	1.988.525	0,03%	1.644.400	82,69%
20	Assoc. Brasileira de Desenvolvimento Social - ABADS	CV	1.440.929	0,02%	1.080.697	75,00%
21	Assoc. da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo	CV	370.002	0,01%	317.144	85,71%
TOTAL			4.962.181.135	81,46%	4.716.248.912	95,04%

Alterações:

- Assoc. Nac. dos Clínicos Veterinários de Peq. Animais Domésticos - Convênio transferido para Covisa, vide item 22
- FIDI - Fund. Inst.de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - Contrato encerrado.

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde - CPCSS, em fevereiro de 2021

Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa)						
Contrato de Gestão (CG), Convênios (CV), Termo de Fomento (TF)						
Item	Organizações Sociais	Natureza	Repasse Financeiros 3º Quadrimestre 2020			
			Empenhado		Liquidado	
			R\$	Sobre TOTAL	R\$	Sobre Empenhado
22	Assoc. Nac. dos Clínicos Veterinários de Peq. Animais Domésticos	CV	13.830.567	0,23%	13.830.567	100,00%

FONTE: SEGA/CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021

Contratos de Gestão e Convênios Gerenciados pela Autarquia Hospitalar Municipal - AHM						
Dotação SMS						
Item	Organizações Sociais (em ordem decrescente de valores empenhados)	Natureza	Repasses Financeiros 3º Quadrimestre 2020			
			Empenhado		Liquidado	
			R\$	Sobre TOTAL	R\$	Sobre Empenhado
23	CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim	Contrato Gestão	400.443.078	6,57%	400.443.078	100,00%
		PARTO SEGURO A MÃE PAULISTANA				
		MICRO REGIÃO M'BOI MIRIM				
		HOSPITAL M. M' BOI MIRIM				
24	SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	Contrato Gestão	316.551.739	5,20%	316.551.739	100,00%
		HOSP. M VEREADOR JOSÉ STOROPOLLI				
		HOSPITAL MUNICIPAL DE PARELHEIROS				
26	Casa de Saúde Santa Marcelina	Contrato Gestão	175.296.377	2,88%	175.296.377	100,00%
		HOSPITAL M. CIDADE TIRADENTES				
25	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	Convênio	164.313.641	2,70%	164.313.641	100,00%
		CENTRO SAÚDE ESCOLA BARRA FUNDA				
		HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA				
27	Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês	Contrato Gestão	58.760.004	0,96%	58.760.004	100,00%
		HOSPITAL MENINO JESUS				
TOTAL			1.115.364.840	18,31%	1.115.364.840	100,00%
TOTAL GERAL - ITENS 1 a 27			6.091.376.541	100,00%	5.845.444.319	95,96%

FONTE: SEGA/CFO e Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) - Secretaria Municipal de Saúde, em fevereiro de 2021



Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - SERMAP

Coordenadoria de Avaliação e Controle da Assistência Complementar - CACAC

Item	Organizações Sociais (em ordem decrescente de valores empenhados)	Repasse Financeiros 3º Quadrimestre 2020			
		Empenhado		Liquidado	
		R\$	Sobre Total	R\$	Sobre Empenhado
1	REAL E BENEMERITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	59.559.994	11,08%	27.319.321	45,87%
2	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EBENEZER	52.748.108	9,81%	19.298.597	36,59%
3	FUNDACAO OSWALDO RAMOS	38.525.461	7,17%	31.743.466	82,40%
4	INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	35.886.025	6,68%	23.346.387	65,06%
5	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTO AMARO	28.298.737	5,26%	16.694.551	58,99%
6	INST. BRAS. DE CONTROLE DO CANCER	20.813.922	3,87%	16.717.224	80,32%
7	FUNDACAO ANTONIO PRUDENTE	16.734.323	3,11%	10.950.265	65,44%
8	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO	15.893.807	2,96%	5.612.737	35,31%
9	ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PSICOFARMACOLOGIA	13.227.295	2,46%	13.227.295	100,00%
10	INSTITUTO SUEL ABUJAMRA	12.568.359	2,34%	2.768.282	22,03%
11	HOSPITAL BANDEIRANTES S.A	12.199.710	2,27%	6.630.672	54,35%
12	CLINICA NEFROLOGIA LESTE LTDA	10.103.264	1,88%	4.124.539	40,82%
13	GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANÇA COM CANCER GRAACC	9.175.460	1,71%	5.420.573	59,08%
14	ASSOCIACAO CRUZ VERDE	8.762.521	1,63%	4.561.640	52,06%
15	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DO PARI	8.748.481	1,63%	5.894.939	67,38%
16	ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA	7.606.302	1,41%	7.605.242	99,99%
17	ENESP EQUIPE NEFROLOGICA DE SAO PAULO LTDA	7.535.310	1,40%	3.072.159	40,77%
18	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE	7.274.666	1,35%	4.911.473	67,51%
19	INSTITUTO CEMA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA	6.941.172	1,29%	4.463.126	64,30%
20	RENALCARE SERVIÇOS MEDICOS LTDA	6.914.386	1,29%	3.114.579	45,04%
21	SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	6.629.674	1,23%	475.732	7,18%
22	HOSPITAL SANTA ISABEL	6.336.600	1,18%	3.819.900	60,28%
23	HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ	6.306.600	1,17%	713.761	11,32%
24	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ	6.265.426	1,17%	1.777.766	28,37%
25	CNTT - CLÍNICA DE NEFROLOGIA E TRANSPLANTE RENAL DO TATUAPE	6.175.847	1,15%	4.064.132	65,81%
26	SUA IMAGEM Diagnósticos Médicos Ltda	5.905.795	1,10%	1.376.167	23,30%
27	ZANTUT MEDICOS ASSOCIADOS LTDA- ME	5.723.490	1,06%	1.059.863	18,52%
28	CENTRO DE ESTUDO DO HOSPITAL MONUMENTO	5.586.038	1,04%	2.828.892	50,64%
29	DAVITA SERVIÇOS DE NEFROLOGIA JARDIM DAS IMBUÍAS LTDA	5.326.255	0,99%	3.899.778	73,22%
30	NEFROLAPA - CLIN. MÉDICA E NEFROL. DA LAPA LTDA - EPP	5.273.439	0,98%	3.941.902	74,75%
31	DAVITA PERDIZES (C.M.I.N.)	4.893.462	0,91%	2.112.378	43,17%
32	DAVITA Serv. De Nefrologia da Penha Ltda (CENUPE) - Penha	4.694.569	0,87%	4.589.642	97,76%
33	NEPHRON ASSISTENCIA NEFROLOGICA LTDA	4.651.758	0,87%	2.783.659	59,84%
34	HOME DIALYSIS CENTER MEDICINA E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA	4.526.263	0,84%	2.580.935	57,02%
35	CENENORTE - CENTRO DE NEFROLOGIA ZONA NORTE LTDA	4.144.146	0,77%	1.904.630	45,96%
36	NEFROCOR E URO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	4.009.525	0,75%	998.981	24,92%
37	HOSPITAL NOTRE DAME H SALVALUS	3.849.000	0,72%	11.400	0,30%
38	NEFROCLÍNICA IPIRANGA LTDA	3.797.914	0,71%	2.326.560	61,26%
39	CLINICA NEFROLOGICA SÃO MIGUEL LTDA	3.714.340	0,69%	2.682.360	72,22%
40	SENEP - SERVIÇO DE NEFROLOGIA DE SÃO PAULO LTDA	3.620.213	0,67%	3.486.460	96,31%
41	CLINICA NEFROLOGICA DO ITAIM PAULISTA LTDA	3.541.284	0,66%	2.724.632	76,94%
42	CENTRO OFTALM.PAULISTA CLÍN. E CIR. OCULAR LTDA	3.512.098	0,65%	715.072	20,36%
43	DAVITA JOÃO DIAS (INSP)	3.360.785	0,63%	2.479.709	73,78%
44	UNTR. - UNIDADE DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE RENAL LTDA	3.343.242	0,62%	2.258.423	67,55%
45	RENALCLASS CLINICA DE NEFROLOGIA LTDA	3.255.788	0,61%	1.163.154	35,73%



Secretaria Municipal da Saúde

46	EL DIAGNÓSTICO LTDA	3.247.691	0,60%	1.178.984	36,30%
47	CLINICA NEFROLOGICA SANTA CATARINA LTDA - ME	3.160.849	0,59%	3.037.948	96,11%
48	CLINICA PAULISTA DE NEFROLOGIA, DIALISE E TRANSPLANTE LTDA	3.101.217	0,58%	1.807.349	58,28%
49	Dr. GHELFOND Diag. Médico Ltda	2.912.671	0,54%	828.801	28,46%
50	DAVITA VILA OLIMPIA (CENESUL)	2.384.330	0,44%	1.780.041	74,66%
51	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	2.239.923	0,42%	1.374.869	61,38%
52	HOSPITAL SAGRADA FAMÍLIA	2.011.500	0,37%	534.200	26,56%
53	MEDSERV- ASSISTENCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA	1.997.301	0,37%	1.176.403	58,90%
54	INSTITUTO PAULISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM OFTALMOLOGIA - IPEPO	1.996.529	0,37%	1.338.317	67,03%
55	CENTRO DE NEFROLOGIA E DIALISE CENED S/C LTDA	1.849.816	0,34%	1.144.150	61,85%
56	CETENE - CENTRO DE TERAPIA NEFROLOGICA LTDA	1.788.008	0,33%	951.844	53,23%
57	CASA DA CRIANÇA BETINHO LAR ESPIRITA PARA EXCEPCIONAIS	1.780.504	0,33%	1.391.701	78,16%
58	HOSPITAL SÃO CRISTOVÃO	1.623.600	0,30%	886.200	54,58%
59	DAVITA SANTANA (NEFROS)	1.533.730	0,29%	1.515.362	98,80%
60	PRO-NEFRON ASSISTENCIA MEDICA LTDA	1.260.864	0,23%	766.032	60,75%
61	AURI MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA	1.231.289	0,23%	591.535	48,04%
62	SOC.BENEF.DE SENHORAS - HOSP. SÍRIO LIBANÊS	988.000	0,18%	660.000	66,80%
63	DIMEDI - Instituto de Medicina Digital Ltda	851.055	0,16%	445.110	52,30%
64	CLÍNICA DE DIAGNÓST. DR. LUIZ SCOPETTA	722.532	0,13%	453.982	62,83%
65	SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SP - SECONCI - SP	685.185	0,13%	302.499	44,15%
66	C & M ASSOC. SERV.MÉDICOS LTDA - IMEDI	599.855	0,11%	157.338	26,23%
67	Radioclínica TADAO MORI	501.691	0,09%	363.460	72,45%
68	SAMARIM ASSISTÊNCIA NEFROLÓGICA LTDA	231.710	0,04%	99.520	42,95%
69	Instituto RUBEN BERTA	214.791	0,04%	140.964	65,63%
70	NIPO - Benef. Bras. de São Paulo	208.961	0,04%	105.581	50,53%
71	HOSPITAL ALVORADA TAQUATINGA LTDA	186.900	0,03%	186.900	100,00%
72	ASSOC C S ORDEM M DE MALTA DE S PE BRASIL MERIDIONAL	130.086	0,02%	36.317	27,92%
73	VITALCOR Clínica Cardiológica Ltda	102.353	0,02%	59.234	57,87%
74	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA	55.978	0,01%	16.411	29,32%
75	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ABADS	47.144	0,01%	28.315	60,06%
TOTAL		537.606.913	100,00%	297.612.318	55,36%

Alterações:

- Acrescentado o prestador El Diagnóstico, que iniciou a execução do contrato em janeiro/2020
- Encerrado os contratos: SEDIT Norte Nefrologia, Diálise e Transplante, SEDIT Serviços Médicos S/C Ltda e SORIM - SEDIT Sul Nefrologia, Diálise e Transplante Ltda.
- Alteração das nomenclaturas Nefros passou a ser denominada DAVITA SANTANA
- Alteração de nomenclatura CENESUL passou a ser denominada DAVITA VILA OLIMPIA
- Inclusão do Hospital Alemão Oswaldo Cruz
- Inclusão do Hospital Alvorada Taquatinga Ltda
- Inclusão do Notre Dame H SALVALUS
- Inclusão do Hospital Santa Isabel
- Inclusão do Hospital São Cristovão
- Conforme decreto 59.685 de 13 de agosto o DCAC teve a nomenclatura alterada para CACAC subordinado a SERMAP Secretaria Executiva de Regulação e Monitoramento, Avaliação e Parcerias
- Inclusão do Hospital Sagrada Família.
- Inclusão do Hospital Sagrada Família.

FONTE: Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias - Coordenadoria de Avaliação e Controle de Assistência Complementar - SMS-G/SERMAP-CACAC, em fevereiro de 2021



RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

AUDITORIA

Auditorias Realizadas

3º QUADRIMESTRE DE 2020

Janeiro a dezembro

Relatório Gerencial Anual 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2020

Divisão de Auditoria SUS/COCIn

Introdução

As ações e atividades desenvolvidas pela Divisão de Auditoria SUS da Coordenadoria de Controle Interno - COCIN visaram fortalecer o Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria - SNA com o objetivo de qualificação da gestão mediante ações compartilhadas e pactuadas, de observar o cumprimento das normas inerentes à organização e funcionamento do SNA/SUS/SP, de modo a apoiar e colaborar no planejamento da execução de medidas saneadoras de possíveis irregularidades e deficiências apontadas pelo controle, corrigir inconformidades, coibir irregularidades, avaliar o impacto das ações, repercutindo na melhoria da gestão pública, além de estabelecer os processos internos das ações de auditoria apoiando o Gestor na tomada de decisão, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Os resultados alcançados são apurados com base no conjunto de ações que foram definidas no Planejamento Anual e a partir de demanda oriunda de solicitação de órgãos externos (Ministérios Públicos Federal/Estadual, Tribunais de Contas, Ministério da Saúde, entre outros) ou demandas internas não programadas.

Foram realizadas 190 auditorias e 11 visitas técnicas no período de janeiro a agosto de 2020 em Instituições vinculadas ao SUS, sendo 190 auditorias e 9 visitas técnicas por demanda interna e 2 Visitas Técnicas por demanda externa (Ministério Público Estadual e Federal, DENASUS/MS).

Analizado no período de **janeiro a dezembro de 2020**, o total de 73.592 AIH estando os principais motivos abaixo identificados:

- 14.436 por solicitações de liberação de críticas;
- 22.142 por agravos de notificação;
- 565 por duplicidade de Cartão Nacional de Saúde – CNS;
- 24 por duplicidade em oncologia;
- 104 por sexo incompatível com o procedimento.

A seguir demonstramos a produção consolidada anual de 2020:

Secretaria Municipal da Saúde

CONSOLIDADO DA PRODUÇÃO – 2020

Quantidade de AIH apresentadas por natureza da instituição

2020			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
1º Quadrimestre	66.861	28.985	95.846
2º Quadrimestre	65.500	20.775	95.846
3º Quadrimestre	69.847	24.693	94.540
Total	202.208	74.453	286.232

Fonte: SIHD

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da instituição

2020			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
1º Quadrimestre	53.099.722,68	53.026.919,50	106.126.642,18
2º Quadrimestre	91.218.825,62	48.514.765,14	139.733.590,76
3º Quadrimestre	82.360.676,57	55.786.185,49	138.146.862,06
Total	226.679.224,87	157.327.870,13	384.007.095,00

Fonte: SIHD

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

2020	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
1º Quadrimestre	20.276
2º Quadrimestre	27.046
3º Quadrimestre	23.715
Total	71.037

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por tipo

2020	
Tipo de atividade	Quantidade
Auditorias e Visitas Técnicas 1º Quadrimestre	83
Auditorias e Visitas Técnicas 2º Quadrimestre	117
Auditorias e Visitas Técnicas 3º Quadrimestre	129
Total	329

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por origem da demanda

2020				
Origem	Quantidade			
Período	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Interna – Programação de Auditoria do SUS	77	112	122	311
Interna – Outras estruturas da SMS	05	05	03	13
Demandas Externas	01	00	00	01
Total	83	117	125	325

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

Finalidade	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	13	12	12	37
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	66	96	111	273
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	04	04	04	12
Total	83	112	127	322

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
1º Quadrimestre	26.363.011,80	415.708,72
2º Quadrimestre	52.259.469,84	2.089.758,68
3º Quadrimestre	43.254.547,30	1.850.478,70
Total	121.877.028,94	4.355.946,10

Fonte: SISAUD/Relatórios – Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

2020				
TIPO DE BLOQUEIO	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	7.587	8.712	8.620	24.919
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	1.516	37	00	1.553
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	3.914	5.611	4.911	14.436
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	555	13.228	8.359	22.142
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	138	264	163	565
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	14	04	06	24
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	02	04	10	16
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	00	03	00	03
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	00	12	00	12
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	35	23	46	104
AIH para analisar auditorias programadas	6.515	27.046	23.715	57.276
	20.276	54.944	45.830	121.050

Fonte: SIHD

PRODUÇÃO – 1º QUADRIMESTRE DE 2020

Quantidade de AIH apresentadas, por natureza da instituição

1º Quadrimestre de 2020			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
Janeiro	15.869	7.483	23.352
Fevereiro	16.444	7.786	24.230
Março	17.125	6.798	23.923
Abril	17.423	6.918	24.341
Total 1º Quadrimestre	66.861	28.985	95.846

Fonte: SIHD

Valor (R\$) das AIH apresentadas, por natureza da instituição

1º Quadrimestre de 2020			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
Janeiro	11.623.015,50	14.320.636,87	25.943.651,27
Fevereiro	14.488.586,17	12.987.406,43	27.475.992,60
Março	12.758.563,20	12.534.534,99	25.293.098,19
Abril	14.229.557,81	13.184.341,21	27.413.899,02
Total 1º Quadrimestre	53.099.722,68	53.026.919,5	106.126.641,08

Fonte: SIHD

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

1º Quadrimestre de 2020	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
Janeiro	5.746
Fevereiro	5.462
Março	4.678
Abril	4.390
Total 1º Quadrimestre	20.276

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

1º Quadrimestre de 2020					
Por tipo de atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
Auditorias	15	23	18	22	78
Visita Técnica	3	1	2	0	6
Total 1º Quadrimestre	18	24	20	22	84

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

1º Quadrimestre de 2020					
Finalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	15	23	18	22	78
Interna – Outras Estruturas SMS	3	0	2	0	5
Demandas Externas	0	2	0	0	2
Total 1º Quadrimestre	18	25	20	22	84

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades, por finalidade

1º Quadrimestre de 2020					
Finalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	3	3	3	4	13
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	11	19	14	17	61
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	1	1	1	1	4
Total 1º Quadrimestre	15	23	18	22	78

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria 2020

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Janeiro	6.930.177,16	80.042,60
Fevereiro	7.104.672,84	110.822,14
Março	6.037.462,52	98.925,54
Abril	6.290.699,28	Em andamento*
1º Quadrimestre	26.363.011,80	289.790,28

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

*Valores de Glosa mês abril estão em apuração.

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

1º Quadrimestre de 2020					
TIPO DE BLOQUEIO	Jan	Fev	Mar	Abr	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	1.765	2.014	1.917	1.891	7.587
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	610	501	307	98	1.516
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	982	894	948	1.090	3.914
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	123	131	146	155	555
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	51	30	33	24	138
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	4	6	0	4	14
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	0	0	2	0	2
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	0	0	0	0	0
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	0	0	0	0	0
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	8	10	8	9	35
AIH para analisar auditorias programadas	2.203	1.876	1.317	1.119	6.515
	5.746	5.462	4.678	4.390	20.276

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

PRODUÇÃO – 2º QUADRIMESTRE DE 2020

Quantidade de AIH apresentadas, por natureza da instituição

2º Quadrimestre de 2019			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
Maio	13.296	5.193	18.489
Junho	15.478	4.776	20.254
Julho	16.887	5.542	22.429
Agosto	16.839	5.264	22.103
Total 2º Quadrimestre	62.500	20.775	83.275

Fonte: SIHD

Valor (R\$) das AIH apresentadas, por natureza da instituição

2º Quadrimestre de 2020			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
Maio	11.794.228,81	11.659.503,47	23.453.732,28
Junho	17.345.446,08	10.797.242,70	28.142.688,78
Julho	30.469.571,89	12.217.776,41	42.687.348,30
Agosto	31.609.578,84	13.840.242,56	45.449.821,40
Total 2º Quadrimestre	91.218.825,62	48.514.765,14	139.733.590,76

Fonte: SIHD

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

2º Quadrimestre de 2020	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
Maio	4.749
Junho	8.304
Julho	6.787
Agosto	7.206
Total 2º Quadrimestre	27.046

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

2º Quadrimestre de 2020					
Por tipo de atividade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Auditorias	19	29	33	31	112
Visita Técnica	3	1	1	0	05
Total 2º Quadrimestre	22	30	34	31	117

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

2º Quadrimestre de 2020					
Finalidade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	19	29	33	31	112
Interna – Outras Estruturas SMS	3	1	1	0	05
Total 2º Quadrimestre	22	30	34	31	117

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades, por finalidade

2º Quadrimestre de 2020					
Finalidade	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	3	3	3	3	12
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	15	25	29	27	96
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	1	1	1	1	04
Total 2º Quadrimestre	19	29	33	31	112

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria 2º Quadrimestre de 2020

Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Maio	7.519.271,63	106.805,88
Junho	13.853.785,44	1.345.965,11
Julho	14.653.134,52	616.909,36
Agosto	16.233.278,25	* Em apuração
2º Quadrimestre	52.259.469,84	2.069.680,35

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

*Valores de Glosa mês Agosto estão em apuração.

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

2º Quadrimestre de 2020					
TIPO DE BLOQUEIO	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	1.762	2.191	2.449	2.310	8.712
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	26	08	03	00	37
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	817	1.376	1.856	1.562	5.611
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	931	3.462	4.857	3.978	13.228
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de CNS	43	52	94	75	264
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	00	02	02	00	04
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	02	00	00	02	04
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurocirurgia	00	00	00	03	03
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	06	06	02	00	12
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	05	09	05	04	23
AIH para analisar auditorias programadas	1.157	1.198	1.191	981	4.527
	4.749	8.304	10.459	7.206	30.718

Fonte: SIHD Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

PRODUÇÃO – 3º QUADRIMESTRE DE 2020

Quantidade de AIH apresentadas por natureza da instituição

3º Quadrimestre de 2020			
Competência	Natureza Pública	Natureza Privada	Total
Setembro	14.379	6.268	20.647
Outubro	16.963	6.098	23.061
Novembro	17.595	6.378	23.973
Dezembro	20.136	6.723	26.859
Total 3º Quadrimestre	69.847	24.693	94.540

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor (R\$) das AIH apresentadas por natureza da instituição

3º Quadrimestre de 2020			
Competência	Natureza Pública (R\$)	Natureza Privada (R\$)	Total (R\$)
Setembro	23.902.617,93	14.270.856,83	38.173.474,76
Outubro	24.890.329,02	14.579.163,67	39.469.492,69
Novembro	16.579.835,73	13.351.561,33	29.931.397,06
Dezembro	16.098.468,63	14.474.028,92	30.572.497,55
Total 3º Quadrimestre	82.360.676,57	55.786.185,49	138.146.862,06

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de AIH auditadas analiticamente

3º Quadrimestre de 2020	
Competência	Quantidade de AIH auditadas
Setembro	6.488
Outubro	5.940
Novembro	5.811
Dezembro	5.476
Total 3º Quadrimestre	23.715

Fonte: SIHD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de atividades por tipo

3º Quadrimestre de 2020					
Por tipo de atividade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Auditorias	32	24	35	35	126
Visita Técnica	01	00	02	00	03
Total 3º Quadrimestre	33	24	37	35	129

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por origem da demanda

3º Quadrimestre de 2020					
Finalidade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Interna – Programação da Divisão de Auditoria do SUS	32	24	35	35	126
Interna – Outras Estruturas SMS	01	00	02	00	03
Externa	00	00	00	00	00
Total 3º Quadrimestre	33	24	37	35	129

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Quantidade de atividades por finalidade

3º Quadrimestre de 2020					
Finalidade	Set	Out	Nov	Dez	Total
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos de oncologia	03	03	03	03	12
Aferir in loco a realização e cobrança de procedimentos hospitalares	29	20	31	31	111
Auditar analiticamente as AIH do SIHD	01	01	01	01	04
Total 3º Quadrimestre	32	24	35	35	126

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Valor fiscalizado nas atividades de auditoria

3º Quadrimestre 2020		
Mês	Valor fiscalizado – R\$	Valor Glosado – R\$
Setembro	13.622.253,03	500.686,26
Outubro	11.760.967,45	641.030,16
Novembro	9.670.464,94	286.836,90
Dezembro	8.200.861,88	421.925,38
Total 3º Quadrimestre	43.254.547,30	1.850.478,7

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Secretaria Municipal da Saúde

Quantidade de AIH analisadas por tipo de bloqueio

3º Quadrimestre de 2020					
TIPO DE BLOQUEIO	Set	Out	Nov	Dez	Total
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Movimento	2.115	2.215	2.071	2.219	8.620
AIH bloqueadas no filtro de Sobrepostas no Estado	00	00	00	00	00
AIH bloqueadas no filtro de Solicitação de liberação	1.356	1.128	1.192	1.235	4.911
AIH bloqueadas no filtro de agravos de notificação	2.790	2.028	2.095	1.446	8.359
AIH bloqueadas no filtro de duplicidade de CNS	47	42	40	34	163
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Oncologia	02	00	02	02	06
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Ortopedia	00	00	00	10	10
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de Sequenciais em Neurologia	00	00	00	00	00
AIH bloqueadas no filtro de duplicidades de nomes	00	00	02	00	00
AIH bloqueadas no filtro de sexo incompatível com procedimento	13	07	10	16	46
AIH para analisar nas auditorias programadas	6.488	5.940	5.811	5.476	23.715
	12.811	11.360	11.223	10.438	45.830

Fonte: SISAUD/Relatórios - Divisão de Auditoria do SUS

Glossário

Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS): Termo empregado pelo art. 198, § 2º, da Constituição Federal, para indicar que o município deve empregar nessas ações um percentual mínimo das receitas de impostos e transferências. Esse percentual deve ser fixado em Lei Complementar e, como esse diploma legal ainda não foi editado, prevalece o percentual de 15% estabelecido pelo art. 77, III, do ADCT.

Administração Direta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais desprovidas de personalidade jurídica própria, como secretarias, subprefeituras, tribunal de contas etc. Inclui também os fundos especiais geridos por órgão da Administração Direta.

Administração Indireta: Parte da Administração Pública que abrange organizações estatais que possuem personalidade jurídica de direito público ou privado, como fundação, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Arrecadação: Um dos estágios da receita. É o momento em que os contribuintes comparecem perante aos agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o estado.

Atividade: Tipo de ação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, contribuindo para a manutenção da atuação governamental. Ver “ação”.

Autarquia: Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para exercer, descentralizadamente, atividades típicas do Estado.

Classificação da Despesa Pública: Agrupamento da despesa por categorias. Esse agrupamento é utilizado para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar o orçamento por Poder, por função de governo, por subfunção, por programa e por categoria econômica.

Classificação da Receita Pública: Agrupamento da receita por categorias. Os modos de classificação podem variar conforme a necessidade e o interesse de quem os estabelece. A classificação básica é estabelecida por Portaria Interministerial baixada periodicamente pela STN e SOF por meio de um Manual de Receitas, cabendo a cada ente da Federação o seu detalhamento para atender às características locais.

Classificação Orçamentária: Organização do orçamento segundo critérios que possibilitam a compreensão geral das funções deste instrumento, propiciando informações para a administração, a gerência e a tomada de decisões. No modelo orçamentário brasileiro são observadas classificações para a despesa e para a receita. Da despesa, as principais são: classificação institucional, classificação funcional e programática, de natureza da despesa e por fonte de recursos; da receita, classificação por natureza de receita e por fonte de recursos.

Classificação por Categoria Econômica: Classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público.

Cobertura Orçamentária: Dotação orçamentária para atender despesas autorizadas na lei orçamentária.

Contingenciamento: Procedimento empregado pela Administração Pública para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

Convênio: Instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de programas de trabalho ou de eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Despesa Corrente: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em despesa de custeio e transferência corrente; destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental e não contribui diretamente para aumentar a capacidade produtiva da economia.

Despesa de Capital: Categoria de classificação da despesa que se desdobra em investimento, inversão financeira e transferência de capital; tem por propósito formar e/ou adquirir um bem de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva.

Despesa de Custeio: Aquela necessária à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: pagamento de pessoal e de serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com reforma e conservação de bens móveis e imóveis.

Despesa de Exercícios Anteriores – DEA: As relativas a exercícios encerrados, para as quais existia crédito próprio e dotação suficiente nos respectivos orçamentos, mas que não foram processadas na época devida.

Despesa Empenhada: Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

Despesa Executada: Como a realização da despesa pública observa três fases distintas (empenho, liquidação e pagamento), dependendo da análise que se faz, a despesa executada pode corresponder a qualquer um dos três agregados.

Dotação Atual: Valor inicial constante da lei orçamentária mais os valores suplementados menos as reduções realizadas.

Dotação Inicial: Valor inicial constante da lei orçamentária sancionada pelo Prefeito.

Dotação Orçamentária: É o valor monetário autorizado, consignado na lei do orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária.

Emenda: Meio através do qual os membros do Poder Legislativo (individualmente ou através de órgãos colegiados como Comissões ou Bancadas) atuam sobre o projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo Poder Executivo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual, como proposições legislativas que são, recebem detalhada regulamentação por parte dos regimentos internos das diferentes instituições legislativas e respectivas normas internas complementares que tratam do processo legislativo. A apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária é ocasião de especial relevância na atuação parlamentar, pois, por meio delas os representantes eleitos podem influir na alocação dos recursos públicos em função dos objetivos e compromissos políticos que orientam seu mandato de representação. Os diferentes aspectos da lei orçamentária anual podem ser objeto de emendas: Emendas à Receita (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da previsão de receita do projeto de lei orçamentária); Emendas à Despesa (inclusão, exclusão ou modificação em rubrica ou valores da autorização de despesas do projeto de lei orçamentária); e Emendas de Texto, relativas a modificações na parte inicial do projeto de lei que contém o texto da mesma (não incluindo portanto os quadros contendo a especificação de receitas e despesas que constituem o cerne da lei orçamentária). Todas as categorias de emendas são objeto de severas restrições quando ao seu conteúdo e objetivos, contidas no artigo 166 da Constituição Federal, nos artigos 12 a 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000) e do artigo 33 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Estágios da Despesa: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela despesa pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja realizada. Os estágios da despesa são: empenho, liquidação e pagamento.

Estágios da Receita: São as etapas ou operações que as entidades responsáveis pela receita pública devem realizar ou percorrer para que a mesma seja materializada. Os estágios da receita são: lançamento, arrecadação e recolhimento.

Execução Financeira: Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização das competências atribuídas às unidades orçamentárias.

Execução Orçamentária da Despesa: Utilização dos créditos consignados no orçamento do ente público e nos créditos adicionais, visando à realização das missões atribuídas às unidades orçamentárias.

Exercício Financeiro: Período definido para fins de segregação e organização dos registros relativos à arrecadação de receitas, à execução de despesas e aos atos gerais de administração financeira e patrimonial da administração pública. No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil, conforme disposto no art. 34 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Fonte de Recursos: Classificação da receita segundo a destinação legal dos recursos arrecadados. As fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. Entende-se por fonte de recursos a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade. É necessário, portanto, individualizar esses recursos de modo a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal. A classificação consiste na definição de um código específico para cada fonte.

Secretaria Municipal da Saúde

Fundo: No sentido orçamentário brasileiro, fundos são instrumentos orçamentários criados por lei para a vinculação de recursos ou conjunto de recursos destinados à implementação de programas, projetos ou atividades com objetivos devidamente caracterizados. A vinculação a um determinado fundo pode atingir apenas os recursos financeiros a serem aplicados ou também um determinado subconjunto do patrimônio (correspondendo, nesse caso, ao conceito contábil de fundo). As condições para a constituição de fundos estão fixadas em diversos incisos e parágrafos do artigo 167 da Constituição: obrigatoriedade de criação por lei e inclusão de todos os fundos no orçamento geral da União; proibição da vinculação de receitas de impostos a fundos; obediência às normas gerais fixadas em lei complementar (aplicáveis, atualmente, os arts. 71 a 74 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964).

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU: Tributo de competência municipal cobrado anualmente em relação aos imóveis urbanos (prédios e terrenos) localizados no município. Seu valor é apurado pela aplicação da alíquota correspondente sobre o valor venal do imóvel.

Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI: Tributo de competência municipal incidente sobre as transmissões efetuadas por pessoas vivas, de bens imóveis, a qualquer título, por ato oneroso, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: Tributo de competência municipal incidente sobre as atividades de prestação de serviços realizadas por empresas e pessoas físicas sem vínculo empregatício. Excluem-se as atividades sobre as quais incide o ICMS, de competência estadual.

Investimentos: Grupo de natureza da despesa identificado pelo dígito “4”, que agrupa toda e qualquer despesa relacionada com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis e instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Juros e Encargos da Dívida: Grupo de natureza de despesa, identificado pelo dígito “2”, no qual são orçados o adimplemento de juros, comissões, dívida pública mobiliária e despesas com operações de crédito internas e externas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. A LDO, de duração de um ano, define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, etc.). Também fixa limites para os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e dispõe sobre os gastos com pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É a Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA): Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos. Para maiores detalhes, ver “Classificação por Esfera Orçamentária”.

Secretaria Municipal da Saúde

Liquidação: Um dos estágios da despesa. É a verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual.

Município: Um dos entes da Federação. Não possui soberania, mas possui autonomia nos termos da Constituição. É regido por Lei Orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Nota de Empenho (NE): Documento que deve ser extraído para cada empenho. Deve indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Operação de Crédito: Obtenção de créditos mediante empréstimos pela administração pública, com o objetivo de cobrir os déficits orçamentários e financiar seus projetos e atividades.

Orçamento Público: Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum. No modelo brasileiro, compreende a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas de cada ente da Federação.

Ordenador da Despesa: Autoridade de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos, pelos quais responda.

Pagamento: Um dos estágios da despesa. É a emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor. A classificação da despesa em estágios tem natureza teórica ou doutrinária (ainda que as etapas de empenho, liquidação e pagamento estejam bem individualizadas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964), o que faz com que existam ligeiras diferenças na literatura técnica sobre detalhes em sua conceituação ou aplicação.

Pessoal e Encargos Sociais: Grupo de natureza da despesa (GND) 1 que inclui a despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador. Ver “Grupo de Natureza da Despesa”.

Plano Plurianual: Uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. Estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato executivo, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte. Está previsto no art. 165 da Constituição Federal.

Prestação de Contas: Demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, os quais, se aprovados pelo Ordenador de Despesa, integrarão a sua tomada de contas; é também o levantamento organizado pelo Serviço de Contabilidade das entidades da Administração Indireta, inclusive das Fundações instituídas pelo Poder Público.

Previsão da Receita: Cálculo provável do comportamento da receita, mediante a utilização de métodos estatísticos, observações diretas e outros instrumentos. Etapa importante, pois a lei orçamentária “estima a receita e fixa a despesa”.

Secretaria Municipal da Saúde

Princípios Orçamentários: Regras que cercam a instituição orçamentária, visando a dar-lhe consistência, principalmente no que se refere ao controle pelo Poder Legislativo. Os principais são: universalidade, unidade, exclusividade, especificação, periodicidade, autorização prévia, exatidão, clareza, publicidade, equilíbrio e programação.

Processo Orçamentário: Compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias – PPA, LDO e LOA. Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Projeto: Tipo de ação destinada a alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental. Ver “ação”.

Proposta Orçamentária: No caso do Município, materializa o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores. É o projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, contendo a estimativa da receita e a fixação da despesa para determinado exercício financeiro. Depois de aprovada pelo Legislativo, sancionada pelo Prefeito e publicada na imprensa oficial, converte-se na lei orçamentária anual. Nos termos da Constituição, a proposta orçamentária deve observar as disposições do Plano Plurianual em vigor, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício.

Receita Corrente: Receitas que aumentam somente o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período compreendido pela lei orçamentária anual. São compostas por receitas derivadas e originárias, das quais não resulta contraprestação financeira por parte do Estado. Corrente significa transferência de recursos do setor privado para o setor público. Compreende os seguintes grupos: tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, outras receitas correntes.

Receita de Capital: Receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado. Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, de transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado para custear despesas de capital.

Receita Orçamentária: Valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11 da Lei nº 4.320/64.

Receita Própria: As arrecadações pelas entidades públicas em razão de sua atuação econômica no mercado. Estas receitas são aplicadas pelas próprias unidades geradoras, em geral autarquias, fundações, fundos e empresas públicas.

Receita Pública: A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas: 1 - a entrada de recursos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo; 2 - toda arrecadação de rendas autorizadas pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública; 3 - conjunto de meios financeiros que o Estado e as outras pessoas de direito público auferem, livremente e sem reflexo no seu passivo e podem dispor para custear a produção de seus serviços e executar as tarefas políticas dominantes em cada comunidade. Em sentido restrito, receitas são as entradas que se incorporam ao patrimônio como elemento novo e positivo; em sentido lato, são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. Nem todo ingresso constitui receita pública; o produto de uma operação de crédito, por exemplo, é um ingresso, mas não é receita nessa concepção porque, em /contraposição à entrada de recursos financeiros, cria uma obrigação no passivo da entidade pública; 4 - no sentido de caixa ou contabilístico, são receitas públicas todas e quaisquer entradas de fundos nos cofres do Estado, independentemente de sua origem ou fim; 5 - no sentido financeiro ou próprio, são receitas públicas apenas as entradas de fundos nos cofres do Estado que representem um aumento do seu patrimônio. Outra maneira de definir a receita pública é considerar que, para que exista uma receita pública, é necessário que a soma de dinheiro arrecadada seja efetivamente disponível, isto é, que possa, em qualquer momento, ser objeto dentro das regras políticas e jurídicas de gestão financeira, de uma alocação e cobertura de despesas públicas. 6 - de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, a receita pública engloba todos os créditos de qualquer natureza que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis gerais e especiais, de contratos e quaisquer títulos de que derivem direitos a favor do Estado.

Receita Tributária: Envolve os tributos na conceituação da legislação tributária: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Receita Vinculada: Receita arrecadada com destinação específica estabelecida na Constituição Federal e demais legislações, destinada a determinado setor, órgão ou programa. Se a receita vinculada é instrumento de garantia de recursos à execução do planejamento, por outro lado, o aumento da vinculação introduz maior rigidez na programação orçamentária.

Regime de Caixa: Modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

Regime de Competência: Modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos seus resultados.

Regime Misto: Modalidade conceitual estabelecida pela Lei nº 4.320/64, art. 35, Título IV - Do Exercício Financeiro, que determina para a execução orçamentária, a combinação do Regime de Caixa para as receitas, ou seja, a realização dessas após o efetivo impacto nas disponibilidades financeiras e o Regime de Competência para a despesa, reconhecendo-a em momentos diferentes, quais sejam: 1- a obrigação em potencial ocorre no primeiro estágio, denominado empenho da despesa e que resulta em potencialidade passiva; 2- a obrigação real que ocorre no segundo estágio consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos hábeis que sustentam a efetiva realização da despesa correspondente (fase da liquidação).

Secretaria Municipal da Saúde

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): Documento que a Prefeitura é obrigada a publicar no mês seguinte ao final de cada bimestre, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, contendo os dados do balanço orçamentário, das receitas realizadas e por realizar, atualizadas, das despesas autorizadas, realizadas e saldos; apuração da receita corrente líquida e das receitas previdenciárias, os resultados nominal e primário; as despesas com juros da dívida pública. O relatório do último bimestre deve apresentar, ainda, dados do cumprimento do art. 167, III, da Constituição, das projeções atuariais do regime próprio de previdência social e da aplicação das receitas de alienação de ativos. (LRF, arts. 52 e 53).

Restos a Pagar: Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Sistema Único de Saúde – SUS: Conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta, indireta e fundacional, destinados ao público em geral.

Suplementação: Aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária.

Tributo: Receita instituída pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições de melhoria, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira. A Constituição de 1988 colocou as contribuições sob o mesmo regime constitucional dos tributos em geral, às quais são aplicadas as normas gerais de legislação tributária e os princípios da legalidade, irretroatividade e anterioridade.

Unidade Orçamentária: Entidade da administração direta, inclusive fundo ou órgão autônomo, da administração indireta (autarquia, fundação ou empresa estatal) em cujo nome a lei orçamentária ou crédito adicional consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. Constituem desdobramentos dos órgãos orçamentários.

Fonte Glossário (parte das definições, maio de 2018):

<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/glossario.pdf>